

A TRAJETÓRIA DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE DIAMANTINO: DESAFIOS E APRENDIZADOS PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM MATO GROSSO

Francieli Santos Rossi

francielerossi@secitec.mt.gov.br

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários – PPGEL/Unemat. Professora de Português e Inglês na Escola Técnica Estadual de Diamantino/Seciteci.

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar a trajetória da Escola Técnica de Educação Profissional e Tecnológica de Diamantino. Como objetivos específicos, abordamos um breve histórico sobre a educação profissional e tecnológica no Brasil. Nesse contexto, citamos a implantação do Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica (Ceprotec) em 2004, extinta em janeiro de 2008, e a gestão das suas Unidades de Ensino Descentralizadas transferidas à Secitec (Lei Complementar n.º 300/2008). A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, apoiou-se nos estudos de Cordão (2011), Kuenzer (2000), Cunha (1997), Vieira (2014), além da consulta à legislação que se refere a Educação Profissional e Tecnológica em níveis federal e estadual. Por meio deste estudo, analisamos acerca da importância do ensino e das escolas técnicas perante a sociedade, assim avaliamos que os cursos técnicos qualificam e preparam os indivíduos para o mercado de trabalho, gerando melhores oportunidades de emprego e renda para jovens e adultos, como também os capacita para lidar com uma sociedade desenvolvida tecnologicamente.

Palavras-chave: Escola Técnica de Educação Profissional e Tecnológica de Diamantino. Seciteci-MT. Educação Profissional e Tecnológica.

Abstract: *This article aims to present the trajectory of the Technical School of Vocational and Technological Education in Diamantino. As specific objectives, we approach a brief history of professional and technological education in Brazil, in this context, we cite the implementation of the State Center for Vocational and Technological Education - CEPROTEC in 2004, where it was extinguished in January 2008 and the management of its Decentralized Teaching Units transferred to SECITEC (Complementary Law No. 300/2008). The research, of a bibliographic and documentary nature, was supported by studies by Cordão (2011), Kuenzer (2000), Cunha (1997), Vieira (2014), in addition to consulting the legislation that refers to Vocational and Technological Education at different levels: federal and state. Through this study, we analyze the importance of teaching and technical schools to society, so we evaluate that technical courses qualify and prepare individuals for the job market, generating better employment and income opportunities for young people and adults, as well as enables them to deal with a technologically developed society.*

Keywords: *Technical School of Professional and Technological Education of Diamantino. SECITECI/MT. Professional and Technological Education.*

Introdução

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) instituiu-se como uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que contribui para a preparação dos jovens e estudantes ao mercado de trabalho. Ela abrange cursos de qualificação profissional, habilitação técnica, graduação tecnológica e de pós-graduação, além de prever a integração com os diferentes níveis e modalidades da educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Observamos que a formação técnica exerce papel significativo para a sociedade como um todo. A capacitação dos jovens em distintas áreas de atuação é sem dúvida um meio de desenvolvimento econômico e social de um país.

Diferentemente do ensino acadêmico tradicional, geralmente mais duradouro e oneroso, a formação técnica representa a possibilidade mais dinâmica e eficiente para a inclusão de diferentes profissionais no mercado de trabalho, principalmente dos jovens provenientes de famílias pobres. Dado que os cursos técnicos são mais acessíveis e precisos, tendo como vantagem a competitiva admissão de profissionais em menor tempo, em comparação a outras áreas mais clássicas do mercado de trabalho. Isso, pois, para o profissional técnico existe a abundância de vagas. A área de enfermagem, por exemplo, é composta hoje por 80% de técnicos e auxiliares, conforme dados do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN, 2019). Essa carreira técnica ainda tem potencial para crescer no Brasil, porque sobram empregos para os profissionais com essa formação em postos de trabalho. Estudos recentes indicam que ao menos 60% das empresas têm dificuldades em preencher posições na área técnica, porque a quantidade de profissionais que se formam anualmente não consegue atender a todos os cargos vacantes.

Por esse prisma, analisamos na formação técnica uma grande oportunidade de humanizar as relações, visto que o ingresso no mercado de trabalho por tais mecanismos constitui a possibilidade real de crescimento pessoal e profissional. Sem falar que o profissional técnico faz a economia pulsar pela natureza prática do seu ofício e pelo fato de ocupar parte significativa dos postos de trabalho. Segundo o coordenador dos Cursos Técnicos do TECPUC, Solan Valente (2020), não é de se admirar que empresas de todos os segmentos têm buscado esses profissionais incansavelmente: a formação técnica gera inserção rápida no mercado de trabalho e salários 18% maiores do que os dos profissionais que têm apenas o diploma de ensino médio.

Nessa lógica, dados do IBGE confirmam que o segmento de serviços foi o carro-chefe do PIB brasileiro em 2018, respondendo por mais de 75% das riquezas geradas no país, sendo a maior parte dos profissionais que atuam nessa área oriundos de cursos técnicos profissionalizantes.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) mostra que o percentual de estudantes do ensino médio que frequentaram educação técnica aumentou, passando de 5,6% em 2016 para 6,2% em 2018. A educação técnica mostra-se uma opção cada vez mais eficaz para a inserção imediata no mercado de trabalho, ao passo que se configura uma formação mais rápida e, por ser focada na prática, desenvolve competências muito demandadas por empresas de todos os segmentos. As vantagens da formação técnica já são percebidas pela população brasileira. Consoante o Ibope 2014, 90% das pessoas acreditam que há mais oportunidades para quem faz curso de Educação Profissional e Tecnológica.

Segundo o relatório Competitividade Brasil 2019 - 2020 da CNI, o Brasil é o 13.º em competitividade entre 17 países com economias parecidas no ranking da Educação. Apesar do aumento dos investimentos públicos (como proporção do PIB), o Brasil ainda está entre os últimos colocados nos quesitos de alastramento e qualidade da educação. Já na classificação geral, o Brasil aparece em 17.º lugar, à frente apenas da Argentina.

O resultado do levantamento mostra a necessidade de manter os investimentos e melhorar a qualidade do ensino. Em relação à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), o Brasil ainda precisa avançar, pois apenas 9,3% dos estudantes estão matriculados em cursos profissionalizantes, conforme os números do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Em países da União Europeia, essa proporção é superior a 50%.

Contudo, o Censo Escolar da Educação Básica 2019 do Inep mostrou que as matrículas na educação profissional registraram um

aumento de 11.519 alunos em relação a 2018, totalizando 1.914.749 estudantes.

Outro fator a ser considerado é sobre a formação técnica gerar efeitos na renda. Na pesquisa realizada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), os profissionais que fizeram cursos técnicos registraram um acréscimo, em média, de 17,7% na renda, em relação a trabalhadores com o mesmo perfil socioeconômico, que concluíram apenas o ensino médio regular. Nas regiões Norte e Nordeste, esse percentual é de mais de 21%.

Já a pesquisa do Senai feita com egressos mostrou que 7 em cada 10 estudantes que concluíram cursos em 2017 estavam empregados até o fim de 2018. A taxa de empregabilidade para formados na área de meio ambiente e tecnologia da informação foi superior a 86% de contratados após a conclusão dos cursos.

Por isso, a expansão do ensino profissionalizante pode atrair ainda mais o público jovem, principalmente os de baixa renda, sendo um meio mais rápido para qualificação profissional, acesso ao mercado de trabalho e até a formação no nível superior.

A História da Educação Profissional no Brasil

De acordo com Manfredi (2002), no Brasil, a formação do trabalhador teve seu início no período da colonização do país, tendo como primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos, considerados as classes mais baixas da sociedade. À elite estava destinada a educação propedêutica, de caráter acadêmico, preparatória para a continuidade dos estudos. A consideração do trabalho manual como uma atividade indigna, sob a ótica dessa elite, predispunha ao repúdio em relação às atividades artesanais e manufatureiras como a carpintaria, a serralheria, a tecelagem, a construção, entre outras.

Com a proibição da existência de fábricas, pelo Alvará de 1785, o desenvolvimento tecnológico do Brasil ficou estagnado. Com sua

revogação, em 1808, e a vinda da família real portuguesa, foi criado, por D. João VI, o Colégio das Fábricas, considerado o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público com o objetivo de atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal. Durante o Império, inúmeras iniciativas voltadas à educação profissional foram implementadas, como as Casas de Educandos Artífices instaladas em dez províncias, entre 1840 e 1865.

Pelo Decreto n.º 787, de 11 de setembro de 1906, Nilo Peçanha – então presidente do estado do Rio de Janeiro – iniciou o ensino técnico no Brasil, com a criação de quatro escolas profissionais, nas cidades de Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul.

Em 1930, com o início da industrialização do Brasil, a preocupação com a formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo tomou forma. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, estruturou-se a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, que passou a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices.

Em 1942, também, surgiu o chamado Sistema S4, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Em 1943, foi criada a Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial. Em 1946, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Social da Indústria (Sesi), impulsionando o atendimento em educação profissional.

O Decreto-lei n.º 4.244/1942 vigorou até o final do governo Kubitschek quando, após muitos debates e discussões, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, de n.º 4.024/1961 (BRASIL, 1961). Essa lei, conforme Kuenzer (2007, p. 29) reconhece a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos profissionais e propedêuticos, para fins de prosseguimento nos estudos.

Com a revolução civil militar de 1964, a educação brasileira sofreu modificações por meio da Lei n.º 5.692/71 (BRASIL, 1971),

que reformou o ensino dos 1.º e 2.º grau e tentou impor o ensino médio profissionalizante para todos. No entanto, essa intenção de tornar o ensino médio profissionalizante obrigatório para todos não se concretizou, o que foi reconhecido pela Lei n.º 7.044/1982 (BRASIL, 1982), que reafirmou: “a organicidade do Ensino Médio ao projeto dos já incluídos nos benefícios da produção e do consumo de bens materiais e culturais: entrar na Universidade” (KUENZER, 2007, p. 30).

Em 1990, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), o Serviço Nacional do Transporte (Senat), o Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (Sescoop) e o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Sebrae).

Com o advento da Lei n.º 9.394/1996 (BRASIL, 1996), segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi retirado o caráter assistencialista dado até aquela data à educação profissional, tornando-a um mecanismo de favorecimento à inclusão social e certificação profissional.

A nova redação dada pela Lei n.º 11.741/2008, nos artigos 39 e 42, definiu que a “educação profissional e tecnológica integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 2008, s.p.). A partir daí, a expressão Educação Profissional, que constava do artigo 39 da LDBEN, passou para Educação Profissional e Tecnológica. Essa alteração teve por objetivo redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura.

Na sequência, o Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997 (BRASIL, 1997), regulamentou a educação profissional e criou o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), que buscava a modernização e a expansão da educação profissional, tendo como principal objetivo a busca de ações integradas de edu-

cação com o trabalho, a ciência e a tecnologia, em conjunto com a sociedade. Esse decreto voltou a fortalecer o conceito dualista da educação, em propedêutica e profissional, razão pela qual sofreu diversas críticas.

Na educação profissional e tecnológica, pelo Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005, inseriu-se a educação a distância, como uma:

(...) metodologia diferenciada que, acompanhada dos recursos das tecnologias da informação e comunicação, possibilita a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem. Seu emprego está previsto na educação profissional (art. 2.º, inciso IV), abrangendo os seguintes cursos e programas: a) técnicos, de nível médio; e b) tecnológicos, de nível superior (BRASIL, 2005, s.p.).

Ainda em 2005, com a publicação da Lei n.º 11.195 (BRASIL, 2005), foi lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 unidades de ensino.

A educação profissional e tecnológica no Brasil, atualmente, nos termos do art. 39, § 2.º, da Lei n.º 11.741/2008, abrange os seguintes cursos: “de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio; de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação” (BRASIL, 2008, s.p.).

Os cursos técnicos de nível médio podem assumir diferentes formatos: integrado, que inclui formação profissional e ensino médio em um único curso; concomitante, com cursos distintos ao mesmo tempo; e subsequente, que corresponde à formação profissional após conclusão do ensino médio. Dessa forma, a educação profissional se diferencia tanto da educação formal quanto da não formal, constituindo uma terceira via no processo de desenvolvimento da pessoa.

Em 2011, a Lei n.º 12.513 instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec (BRASIL, 2011), ampliando a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. O artigo 20 dessa lei autoriza os serviços nacionais de aprendizagem que integram o sistema federal de ensino na condição de mantenedores a criar instituições de educação profissional técnica de nível médio, de formação inicial e continuada e de educação superior, observando-se a competência da União para regulação, supervisão e avaliação. Essa lei foi alterada pela de n.º 12.816/2013, que ampliou o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Pronatec.

De acordo com a Lei n.º 11.741/2008, a organização da educação profissional se dá por meio de eixos tecnológicos, que são definidos como sendo a “linha central de estruturação de um curso, definida por uma matriz tecnológica, que dá a direção para o seu projeto pedagógico e perpassa transversalmente a organização curricular do curso, dando-lhe identidade e sustentáculo” (BRASIL, 2008, p. 8).

Em 6 de junho de 2012, o Ministério da Educação expediu um Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), no qual constam treze eixos tecnológicos:

(...) ambiente e saúde; controle e processos industriais; desenvolvimento educacional e social; gestão e negócios; informação e comunicação; infraestrutura; militar; produção alimentícia; produção cultural e design; produção industrial; recursos naturais; segurança; turismo; hospitalidade e lazer. (BRASIL, 2012, p. 32)

Consideramos, diante do exposto, que a educação profissional e tecnológica no Brasil vem assumindo um papel estratégico para o desenvolvimento do país, atendendo a diversos públicos, em diferentes áreas da produção.

A implantação da Educação Profissional no estado de Mato Grosso

Buscando formas de implantar o projeto de educação integrada, o governo de Mato Grosso, desde 2002, com a institucionalização da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, vem desenvolvendo uma estrutura básica para o fortalecimento da Educação Profissional no estado.

Por meio de uma emenda constitucional, em 2003, criou-se um fundo constitucional para a educação profissional tecnológica no estado, garantindo que no mínimo 0,5% da arrecadação tributária do estado (descontados os repasses obrigatórios aos municípios) fosse destinada exclusivamente à Educação Profissional e Tecnológica (Emenda n.º 023, de 26 de dezembro de 2003). Em seguida, através da Lei Complementar n.º 153, de 9 de janeiro de 2004, o estado de Mato Grosso contou com o Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica (Ceprotec), uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Ainda nessa data e com a aprovação da Lei Complementar n.º 154, estabeleceu-se um plano de carreira específico para os profissionais da educação profissional e tecnológica do estado de Mato Grosso.

Em 12 de janeiro de 2005 foi aprovada a Lei Complementar n.º 209, que alterou parte da Lei Complementar n.º 49, de 1 de outubro de 98 (Lei que dispõe sobre o sistema de ensino do estado). Um dos desdobramentos mais significativos dessa mudança foi a criação da Câmara de Educação Profissional e Superior no Conselho Estadual de Educação, garantindo a discussão qualificada de assuntos pertinentes à Educação Profissional e Tecnológica, por profissionais que representam as mais diferentes categorias que atuam nessa modalidade de ensino.

No início do ano de 2004 organizou-se o grupo de trabalho, com o objetivo de debater com a comunidade escolar a elaboração da proposta de implantação do Ensino Médio Integrado no estado

do Mato Grosso. Durante a elaboração desse projeto foi decidido pela oferta dos cursos nos municípios de Alta Floresta, Sinop, Barra do Garças e Rondonópolis. As aulas deveriam acontecer nas escolas pertencentes à Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso (Seduc), localizadas próximas do Ceptotec.

Em 2005, ocorreu a continuação efetiva do Grupo de Trabalho de Ensino Médio Integrado, e consolidou-se a criação da Comissão de Inter Secretarias para o Ensino Médio Integrado. Após discussões foram definidas as atribuições dos órgãos envolvidos no projeto do Ensino Médio Integrado.

Em 2006 foi realizada a Reunião de Mobilização em cada comunidade escolar e, ainda, a capacitação dos membros da Comissão Inter Secretarias pelo Ministério da Educação (MEC), a partir dos temas: Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, Proposta Pedagógica, Diretrizes Curriculares e Avaliação por Competência.

Em fevereiro de 2007 houve a retomada do Grupo de Trabalho do Ensino Médio Integrado, promovendo a capacitação da equipe técnica e professores envolvidos no projeto, bem como solicitados o credenciamento e autorização para a oferta dos cursos ao Conselho Estadual de Educação.

Em abril de 2007, as aulas começaram com cinco turmas com 35 alunos em cada uma delas. Em Alta Floresta, iniciou-se uma turma no Curso Técnico em Informática na Escola Estadual Vitória Furlani da Riva e outra turma no Curso Técnico em Administração em Pequenas Propriedades Rurais na Escola Ouro Verde. Na cidade de Sinop, principiou-se uma turma de Técnico em Informática na Escola Estadual Edeli Mantovani. Em Rondonópolis, uma turma no Curso Técnico em Informática na Escola Estadual Pindorama, e, em Barra do Garças, uma turma no Curso Técnico em Informática, na Escola Estadual Heronides Araújo.

Por determinação do secretário de Educação, no decorrer da implantação houve troca das escolas nos municípios de Sinop e

Rondonópolis. Em 2008, ampliou-se o número de alunos atendidos, com a oferta de mais uma turma em cada escola.

Em 10 de janeiro de 2008, a autarquia Ceprotec foi extinta e a gestão de suas Unidades de Ensino Descentralizadas transferidas à Secitec (Lei Complementar n.º 300/2008). Em termos práticos, pouco se alterou no andamento das atividades e estrutura organizacional das escolas. Entretanto, dentre os impactos considerados pelos profissionais nessa cessão, e como pontua a servidora Leila Aoyama (2012), notaram-se, inicialmente, perdas proeminentes como: de autonomia financeira, do contato mais facilitado existente entre as Unidades Descentralizadas e a Unidade Central e da própria identidade da instituição, pois elas não sabiam nem como se autodenominar, uma vez que não podiam mais utilizar o nome Ceprotec-MT, que já estava se consolidando na sociedade mato-grossense.

A nova estrutura organizacional da Secitec demorou dois anos para se oficializar. O Decreto n.º 2.666, de 5 de julho de 2010, subordinava as Escolas Técnicas Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica à Superintendência de Educação Profissional e Tecnológica e, esta, ao secretário de Estado de Ciência e Tecnologia.

O percurso da Escola Técnica de Educação Profissional e Tecnológica de Diamantino

A Escola Técnica de Educação Profissional e Tecnológica de Diamantino foi criada pela Lei Complementar n.º 153/04, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 9 de janeiro de 2004, alterada pelo Decreto n.º 7.888/06, publicado no diário Oficial de 18 de julho de 2006, na época estava localizada na Rodovia Senador Roberto Campos, km 2, bairro Novo Diamantino, município de Diamantino-MT.

Em 2016, a escola transferiu suas instalações para a Rodovia Senador Roberto Campos – MT 240, km 9 - Bairro Buriti. Essa transferência ocorreu durante a gestão do ex-governador Silval da Cunha Barbosa, em que autorizou a doação do prédio pertencente ao Ceprotec para a União com o intuito de ativar o Instituto Federal de Mato Grosso (Lei n.º 10.003, de 03 de dezembro de 2013 - D.O. 03.12.13) na localidade.

Em relação à infraestrutura, a Escola Técnica Estadual de Diamantino hoje possui em suas instalações: uma biblioteca, uma copa, uma sala de diretoria, uma secretaria, seis salas de aula, duas salas administrativas, dois banheiros e um laboratório de informática. Como já citado, a instituição teve seu prédio doado ao IFMT, sendo designada para um prédio da Prefeitura Municipal de Diamantino. Atualmente o espaço é compartilhado com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e recentemente, por tempo determinado, com a Escola Municipal Elza Martins de Queiroz Oliveira.

Quanto a sua estrutura organizacional, a Escola Técnica de Educação Profissional e Tecnológica de Diamantino, no que tange ao nível de administração regionalizada, estrutura-se em: Diretoria, abrangendo o Conselho Diretor, o Conselho Fiscal, a Coordenadoria de Desenvolvimento Educacional e a Coordenadoria de Integração Escola e Comunidade.

Em 2022, a Escola Técnica de Educação Profissional e Tecnológica de Diamantino conta com 29 profissionais no seu quadro de servidores, nove deles pertencem à equipe técnica e 20 formam o corpo docente.

A seguir, identificamos os profissionais que atuam na escola e as suas respectivas qualificações. O Quadro 1 refere-se à equipe técnica, e o 2, aos professores responsáveis pelos cursos técnicos ofertados pela instituição.

Quadro 1 – Equipe Técnica da Escola Técnica Estadual de Diamantino e suas respectivas formações

Servidor	Cargo/Função	Formação
Eva Luiza de Melo	Diretora Escolar	Licenciatura em Letras; especialização em Língua Estrangeira.
Vanessa Pereira Stocco	Coordenadora de Desenvolvimento Educacional	Bacharelado em Administração; especialização em Gestão Escolar (Cursando).
Fabírcia dos Santos de Lima	Coordenadora de Integração - Escola/Comunidade	Cursando Licenciatura em Pedagogia.
Mariele Cristina de Matos	Técnica Administrativa Educacional – Perfil: Pedagoga	Licenciatura em Pedagogia; especialização em Educação Especial e Neuropsicopedagogia.
Rafaela Gomes da Silva	Técnica Administrativa Educacional – Perfil: Pedagoga	Licenciatura em Pedagogia; especializações em: Psicopedagogia Clínica e Institucional, Gestão Escolar e Didática e Metodologia do Ensino Superior.
*Miriã Régis de Jesus	Técnica Administrativa Educacional – Perfil: Advogada	Bacharelado em Direito; especializações em Direito Constitucional e em Historiografia e Metodologia de Pesquisa e Ensino.
Ademilson Devino da Silva	Técnico de Apoio Educacional/ Assistente Administrativo	Bacharelado Em Administração Pública.
Antonio dos Santos Junior	Técnico de Apoio Educacional/ Assistente Administrativo	Licenciatura em Matemática; especialização em Gestão de Pessoas.

Servidor	Cargo/Função	Formação
#Sione Edeviges Ferreira Guimarães	Técnico de Apoio Educacional/ Assistente Administrativo	Bacharelado em Administração
Emanuela do Nascimento Ferreira	Assistente Técnico I	Bacharelado em Administração; especialização em Gestão de Pessoas.

* Conforme a Portaria nº. 42/2022/Seciteci/MT, de 13 de abril de 2022, a servidora exerce as suas funções na Unidade Jurídica da Secretaria de Estado e para fins de atendimento ao Sistema de Gerenciamento de Documento - Sigadoc e assistência jurídica das Escolas Técnicas Estaduais de Mato Grosso.

Servidora cedida para a Unemat.

Quadro 2 – Corpo docente da Escola Técnica Estadual de Diamantino e suas respectivas formações

Docente	Formação
Amanda Farias de Moura	Bacharelado em Zootecnia; mestrado e doutorado em Zootecnia.
Andrea Marizol Novoa Castillo Oliveira	Bacharelado em Medicina Veterinária; mestre em Ciência Animal e doutoranda em Biotecnologia Animal.
Antonia Dinágila do Nascimento Ribeiro	Bacharelado em Enfermagem; especialização em Urgência e Emergência e Gestão em Saúde.
Barbara Maria Antunes Barroso	Bacharelado em Enfermagem; especializações em Docência Universitária e em Enfermagem do Trabalho; mestrado em Enfermagem.
Bruno Pereira do Nascimento	Bacharelado em Enfermagem.
Claudia Moreira de Lima	Bacharelado em Enfermagem; especializações em Docência Universitária, em Enfermagem Obstétrica e em UTI Neonatal; mestrado em Ambiente e Saúde.
Deivid de Almeida Padilha da Silva	Bacharelado em Tecnologia em Redes de Computadores; especializações em Docência no Ensino Superior e em Educação de Jovens e Adultos; mestrado em Ciência da Computação.

Docente	Formação
Fernando Xavier de Assis	Bacharelado em Agronomia; mestrado em Tecnologia e Gestão Ambiental; doutorado em Tecnologias Energéticas e Nucleares; pós-doutoramento em Tecnologias Energéticas e Nucleares e Geociências Ambientais.
Francieli Santos Rossi	Licenciaturas em: Letras, Pedagogia e Artes Visuais; especialização em Psicopedagogia; mestrado e doutorado em Estudos Literários.
Grasiela Cristina Silva Botelho Silvestre	Bacharelado em Enfermagem; especializações em Urgência e Emergência e Gestão em Serviços Pré-hospitalar, mestrado em Ambiente e Saúde.
Hudson de Oliveira Rabelo	Bacharelado em Agronomia; mestrado em Melhoramento Genético de Plantas, doutorado em Genética e Melhoramento de Plantas.
Laiza Strinta Castelli	Bacharelado em Enfermagem, especializações em: Gerenciamento da Atenção Primária com ênfase na Saúde da Família, Docência Universitária e em Enfermagem Obstétrica e UTI Neonatal; mestrado em Ambiente e Saúde.
*Marcus Henrique Oliveira de Arruda	Bacharelado em Administração.
Nêmora Barros Faria	Bacharelado em Enfermagem; mestrado em Ambiente e Saúde.
Paulus Vinicius da Silva	Formação Técnica em Segurança e Saúde no Trabalho, formação profissional em Bombeiro Civil; bacharelado em Administração; mestrado em Ambientes e Sistemas de Produção com ênfase Agrícola.
Peregrina Ramos da Silva	Bacharelado em Administração; especialização em Formação Docente para a Educação Profissional Integrada com a Educação Básica – PROEJA.
*Rayane Pinho Bezerra	Bacharelado em Zootecnia; mestrado em Zootecnia.
Reginaldo Benedito Fontes de Souza	Curso Técnico em Agropecuária; licenciatura em Ciências Biológicas; mestre em Ensino de Ciências Naturais.

Docente	Formação
Renata Tomazelli Ferreira	Bacharelado em Enfermagem; mestrado em Ciências Ambientais.
Stéfany Marchi de Andrade Cholegra	Bacharelado em Agronomia; mestrado em Recursos Hídricos.

* Os docentes ministram aulas na Unidade Remota de São José do Rio Claro.

A escola assume como visão: “ser referência na formação de profissionais com consciência ética e empreendedora, aptos ao dinamismo do mercado de trabalho para o exercício pleno da cidadania” e como missão: “possibilitar a formação profissional e tecnológica gratuita e de qualidade à comunidade mato-grossense, alicerçada na consciência ética e empreendedora, visando inclusão social e inserção do cidadão no mercado de trabalho”.

No que concerne à função social da Escola Técnica Estadual de Diamantino, ela se baseia em proporcionar a educação científica, tecnológica e humanística, visando à formação integral do profissional ético, crítico, reflexivo, comprometido com as transformações sociais, políticas e culturais, e em condições de atuar no mundo do trabalho.

Na percepção de uma sociedade mais justa e igualitária, por meio da formação inicial e continuada de trabalhadores, bem como das educações: profissional técnica de nível médio, profissional tecnológica, de graduação e pós-graduação e da formação de professores, estas fundamentadas na construção, reconstrução e transmissão do conhecimento. Nesse contexto, essa instituição de ensino tem como função social reafirmar compromissos perante a sociedade e informar a todos o que a Instituição espera deles: valores, atitudes, comportamento e ação.

As características e os objetivos da Escola Técnica Estadual de Diamantino, como as demais instituições que integram a rede de Educação Profissional e Tecnológica são definidas por meio de

legislação específica. De tal modo, a escola tem como características básicas previstas na Lei Complementar n.º 153/04, de 09/01/2004, criada pela Lei Complementar n.º 153, de 09 de janeiro de 2004, publicado no DOE da mesma data, página 4 e sua estrutura administrativa alterada pelo Decreto n.º 7.888/06, de julho de 2006, publicada no DOE da mesma data e alterado à Secitec através da Lei Complementar n.º 300, de 10 de janeiro de 2008 e alterada sua denominação através da Lei Complementar n.º 374, de 15 de dezembro de 2009, conforme o abaixo discriminado:

ofertar educação profissional e superior de tecnologia, considerando o avanço do conhecimento tecnológico e a incorporação crescente de novos métodos e processos de produção e distribuição de bens e serviços; atuar prioritariamente na área tecnológica, nos diversos setores da economia; conjugar no ensino a teoria com a prática; promover a integração efetiva da Educação Profissional aos diferentes níveis e modalidades de ensino, ao trabalho, à ciência e à tecnologia; utilizar de forma compartilhada os laboratórios e os recursos humanos nos diferentes níveis e modalidades de ensino; ofertar especialização de nível pós-técnico, ponderando sobre as tendências do setor produtivo e do desenvolvimento tecnológico; realizar pesquisa aplicada e prestação de serviços; promover o desenvolvimento da atividade docente de forma estruturada, integrando os diferentes níveis de ensino, observando a qualificação exigida em cada caso; garantir o desenvolvimento do processo educacional que favoreça a transformação do conhecimento em bens e serviços em benefício da sociedade; manter uma estrutura organizacional flexível, racional e adequada às suas peculiaridades e objetivos; integrar as ações educacionais com as expectativas da sociedade e as tendências do setor produtivo.

À vista disso, compete à Escola Técnica Estadual de Diamantino ministrar cursos básicos de qualificação, atualização e de desenvolvimento profissional de jovens, adultos e trabalhadores; bem como o ensino técnico, destinado a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia e o ensino superior de graduação em tecnologia visando à

formação de profissionais com a atuação prioritária na área tecnológica; oferecer Educação Profissional Continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização e ao aperfeiçoamento dos trabalhadores e da população em geral; como também o ensino médio, quando integrado à educação profissional de nível técnico; realizar pesquisa, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas, criativas, estendendo seus benefícios à comunidade; estimular a criação cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico e o pensamento reflexivo; promover a integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, mediante ações interativas que contribuam para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa. Portanto, através de seu compromisso, a Escola Técnica Estadual de Diamantino espera que o seu profissional tenha aptidões que lhes possibilitem direcionar e redimensionar seu acervo cognitivo em função das metas e objetivos da organização, redobrando esforços em educação continuada, integração organizacional e capacidade de atuar em equipe, de forma que o seu perfil profissional introduza novas formas de gestão de trabalho e de socialização.

Os dados abaixo correspondem a relação dos cursos técnicos ofertados pela Escola Técnica Estadual de Diamantino e as suas unidades remotas, como também os índices de aproveitamentos dos estudantes, assinalando a inserção deles no mercado de trabalho da região.

Tabela 1 – Curso Técnico em Agropecuária – Unidade de Diamantino

Turmas	Turnos	Vagas ofertadas	Estudantes concluintes	Índice de aproveitamento
2014 - 2016	Vespertino	40	16	40%
2016 - 2018	Vespertino/Noturno	40	26	65%
2017 - 2021	Vespertino/Noturno	80	28	35%

Turmas	Turnos	Vagas ofertadas	Estudantes concluintes	Índice de aproveitamento
2018 - 2022	Vespertino/Noturno	80	14	17,5%
*2022	Noturno	30		

* 30 alunos serão convocados para matrícula (seletivo em andamento – início das aulas 01/08/2022).

Tabela 2 – Curso Técnico em Administração – Unidade de Diamantino

Turmas	Turno	Vagas ofertadas	Estudantes concluintes	Índice de aproveitamento
2018 - 2021	Noturno	40	11	27,5%
*2021 - 2022	Noturno	40	09	22,5%

* Curso em andamento (Formatura agendada para outubro de 2022).

Tabela 3 – Curso Técnico em Enfermagem – Unidade de Diamantino

Turmas	Turno	Vagas ofertadas	Estudantes concluintes	Índice de aproveitamento
¹ 2017 - 2022	Noturno	40	11	27,5%
² 2018 - 2023	Noturno	40	13	32,5%
³ 2022/01	Noturno	30	27	90%
*2022/02	Noturno	40		

¹ Formatura agendada para outubro de 2022;

² Formatura prevista para fevereiro de 2023;

³ Turma em andamento;

* 40 alunos serão convocados para matrícula (seletivo em andamento – início das aulas 01/08/2022).

Tabela 4 – Curso Técnico em Recursos Humanos – Unidade de Diamantino

Turmas	Turno	Vagas ofertadas	Estudantes concluintes	Índice de aproveitamento
2016 - 2017	Noturno	40	25	62,5%
2017 - 2018	Noturno	40	19	47,5%
*2022	Noturno	30		

* 30 alunos serão convocados para matrícula (seletivo em andamento – início das aulas 01/08/2022).

Tabela 5 – Curso Técnico em Segurança do Trabalho – Unidade de Diamantino

Turmas	Turnos	Vagas ofertadas	Estudantes concluintes	Índice de aproveitamento
2016 - 2018	Noturno	40	20	50%
2017 - 2019	Vespertino/Noturno	80	32	40%

Tabela 6 – Curso Técnico em Agropecuária – Unidade Remota de São José do Rio Claro

Turmas	Turno	Vagas ofertadas	Estudantes concluintes	Índice de aproveitamento
*2015 - 2017	Noturno	80	33	41,25%
2016 - 2017	Noturno	40	17	42,5%
2018 - 2022	Noturno	40	11	27,5%

* As turmas foram compostas por A e B.

Tabela 7 – Curso Técnico em Agropecuária – Unidade Remota de Nortelândia

Turmas	Turno	Vagas ofertadas	Estudantes concluintes	Índice de aproveitamento
2016 - 2018	Noturno	40	13	32,5%

Tabela 8 – Curso Técnico em Guia de Turismo – Unidade Remota de Nobres

Turmas	Turno	Vagas ofertadas	Estudantes concluintes	Índice de aproveitamento
2016 - 2018	Noturno	40	13	32,5%

Tabela 9 – Técnico em Segurança do Trabalho/Mediotec/Pronatec Unidade de Diamantino

Turmas	Turno	Vagas ofertadas	Estudantes concluintes	Índice de aproveitamento
2015 - 2016	Noturno	30	8	26,7%
2015 - 2017	Noturno	30	15	50%

Tabela 10 – Curso Técnico em Edificações/Mediotec/Pronatec Unidade de Diamantino

Turmas	Turno	Vagas ofertadas	Estudantes concluintes	Índice de aproveitamento
2015 - 2016	Noturno	30	13	43,3%
2015 - 2017	Noturno	30	8	26,7%

Tabela 11 – Curso Técnico em Informática/Mediotec/Pronatec Unidade de Diamantino

Turmas	Turno	Vagas ofertadas	Estudantes concluintes	Índice de aproveitamento
2017 - 2019	Vespertino	30	14	46,7%

Tabela 12 – Curso Técnico em Eventos/Mediotec/Pronatec Unidade Remota de Chapada dos Guimarães

Turmas	Turno	Vagas ofertadas	Estudantes concluintes	Índice de aproveitamento
2017 - 2018	Noturno	30	8	26,7%

Tabela 13 – Curso Técnico em Redes de Computadores/Mediotec/Pronatec Unidade Remota de Rosário Oeste

Turmas	Turno	Vagas ofertadas	Estudantes concluintes	Índice de aproveitamento
2017 - 2018	Noturno	30	9	30%

Tabela 14 – Curso Técnico em Guia de Turismo/Mediotec/Pronatec Unidade Remota de Poconé

Turmas	Turno	Vagas ofertadas	Estudantes concluintes	Índice de aproveitamento
2017 - 2018	Noturno	30	12	40%

Tabela 15 – Cursos Técnico em Agricultura/Mediotec/Pronatec Unidades Remotas

Turmas	Unidade Remota	Turno	Vagas ofertadas	Estudantes concluintes	Índice de aproveitamento
2017 - 2019	São José do Rio Claro	Noturno	30	6	20%
2017 - 2019	Nobres	Noturno	30	16	53,3%
2017 - 2018	Chapada dos Guimarães	Noturno	30	8	26,7%
2017 - 2019	Poconé	Noturno	30	10	33,3%

Tabela 16 – Cursos Técnico em Hospedagem/Mediotec/Pronatec Unidades Remotas

Turmas	Unidade Remota	Turno	Vagas ofertadas	Estudantes concluintes	Índice de aproveitamento
2017 - 2018	Chapada dos Guimarães	Noturno	30	5	16,7%
2017 - 2018	Poconé	Noturno	30	10	33,3%

Tabela 17 – Cursos Técnico em Agroecologia/Mediotec/Pronatec Unidades Remotas

Turmas	Unidade Remota	Turno	Vagas ofertadas	Estudantes concluintes	Índice de aproveitamento
2017 - 2019	Poconé	Noturno	30	6	20%
2017 - 2019	Nossa Senhora do Livramento	Noturno	30	14	46,7%

Os índices acima amparam as afirmações realizadas no decorrer desta pesquisa, em que evidenciou a importância da formação profissionalizante para o mercado de trabalho nacional, entretanto, os jovens que se formam nos cursos técnicos anualmente não su-

prem as necessidades de diferentes setores da economia local. As-severações enfatizadas no discurso de Gustavo Oliveira, presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso (FIEMT), apontam que o estado precisará de 100 mil trabalhadores qualificados para garantir mão de obra para os novos empreendimentos que devem começar a funcionar nos próximos anos. Um alerta que ecoa em todos os setores econômicos: indústria, bares, construção, hotéis e eventos.

Gustavo ainda atenta que esse pode ser o principal gargalo para a retomada econômica no estado de Mato Grosso, após sucessivos anos de crise, que se arrasta desde 2015, passando por várias turbulências, além da pandemia do Covid-19 e uma guerra no Leste Europeu que afeta todo o comércio mundial. Por esses dados, notamos a relevância da efetivação da atuação das instituições técnicas de ensino como a Escola Técnica Estadual de Diamantino, que anualmente insere no mercado de trabalho profissionais bem qualificados e preparados, que contribuirão para o crescimento econômico da região.

Nessa contextura, descrevemos os relatos de alguns dos profissionais que atuam na Escola Técnica Estadual de Diamantino. Indagamos quais foram os aprendizados e os desafios vivenciados por eles ao longo de anos como servidores da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Os aspectos pontuados como de aprendizado foram a percepção da importância de inteirar-se sobre a educação profissional, dos métodos de ensino-aprendizagem que reforçam os saberes empíricos dos alunos, bem como a função do ensino técnico, que é formar pessoas qualificadas para atuarem na sociedade em diferentes contextos (social, profissional, intelectual, etc.).

Já como desafios, os entrevistados citaram o relacionamento interpessoal, visto que convivemos diariamente entre indivíduos que comungam de ideias, princípios e apresentam personalidades intrínsecas, porém, pelo uso da diplomacia e pelo respeito a essas diferenças no ambiente de trabalho, é que os objetivos, em comum,

são construídos e materializados, sobretudo num lugar que visa ao ensino e ao aprendizado de outros sujeitos.

Outro ponto elencado como desfavorável quanto ao incentivo do ensino de qualidade e ao desempenho do papel da instituição como impulsionadora de conhecimentos é a localização, tal qual a estrutura física do prédio onde a Escola Técnica Estadual de Diamantino se encontra presentemente. O imóvel não apresenta condições adequadas para a promoção eficaz e dinâmica do ensino aprendizado dos estudantes, como a realização de aulas mais atrativas a partir do uso dos recursos tecnológicos e/ou pesquisas em laboratórios próprios.

Apresentamos também o resultado de uma pesquisa de satisfação direcionada aos alunos da Escola Técnica Estadual de Diamantino. Na ocasião, questionamos aos participantes quais eram as suas perspectivas a respeito dos cursos técnicos ofertados pela instituição. Entre as respostas, os estudantes destacaram o valor da formação técnica para as suas vidas nas esferas profissional e social. A maioria dos entrevistados afirmou que tem a intenção de frequentar futuramente outros cursos nessa modalidade de ensino e promovidos pela escola.

Entre os motivos que levaram os estudantes a se inscreverem nos cursos ofertados pela Escola Técnica Estadual de Diamantino (Técnico em Administração, Técnico em Agropecuária e Técnico em Enfermagem) estão: demanda de mercado, ampliação de conhecimentos, meta de alcançar condições melhores de vida (financeiramente), capacitação na área estudada, identificação com o curso escolhido, realização de um sonho (ter uma profissão).

Quanto às expectativas dos discentes sobre o curso, eles foram consoantes em declarar que a formação técnica lhes concederá novas oportunidades de vida; qualificação profissional; imersão no mercado de trabalho de forma rápida e com boa remuneração; contato com empresas, colegas e clientes capazes de gerar relacionamentos interpessoais produtivos; conhecimentos sobre a área de atuação, entre outras.

Com relação aos pontos positivos e aqueles que precisam ser melhorados quanto à Escola Técnica Estadual de Diamantino, os estudantes apontaram como favoráveis: a qualidade no ensino proveniente do comprometimento da gestão e essencialmente da qualificação do corpo docente, assim como a curta duração, a gratuidade e a flexibilidade dos cursos que facilitam a compreensão e o acompanhamento das aulas através da junção entre teoria e prática dos conteúdos estudados. Como aspectos inversos aos atributos enumerados, os discentes, em uniformidade, tal como os servidores, elegeram as condições inapropriadas do prédio e a localização da escola, visto que a instituição encontra-se numa área rural, causando sentimento de insegurança à comunidade escolar.

Por conseguinte, finalizamos esta pesquisa com o relato do senhor Marcus Galérius Aquino, que integrou a gestão da Escola Técnica Estadual de Diamantino no cargo de diretor entre os anos de 2007 e 2011. Conforme informações da Plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Marcus Galérius Aquino é licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professor no Ensino Fundamental e Médio nas Redes Pública e Privada. Docência no Ensino Superior desde 1992. Especialização em História da Educação de Mato Grosso (IE/UFMT) e em Ciências Naturais e Meio Ambiente (IB/UFMT). Bolsista de Pesquisa e Desenvolvimento na área de Educação Ambiental (Fapemat/CNPq). Analista de Desenvolvimento Econômico e Social na Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística. Mes-trando em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Docente Externo (EAD) na Universidade do Estado de Mato Grosso. Seguem as suas contribuições para este estudo:

Eu estava em Diamantino encerrando atividade de pesquisa pela Fapemat/CNPq e lecionando em uma faculdade local quando foi lançado o edital para o cargo de diretor da unidade de ensino do Ceprotec em 2006. Eu me candidatei e fui aprovado após uma seleção de quatro etapas: prova objeti-

va, avaliação de títulos, avaliação psicológica e um curso de nivelamento. A nomeação para o cargo se deu a partir de 10 de janeiro de 2007. Conforme o edital a previsão de exercício do cargo seria para 04 (quatro) anos, o que se estendeu por mais 06 (seis) meses com a exoneração em 30 de julho de 2011.

Foram diversos os desafios e aprendizados ao longo dos quatro anos e meio em que estive na direção da Escola Técnica Estadual de Educação Profissional e Tecnológica de Diamantino.

Para além dos assuntos relacionados com a gestão cotidiana da escola – problemas construtivos no prédio, gestão de pessoas, definição de cursos, equipamentos e material de consumo nos laboratórios, atividades de campo, entre outras, penso que o maior desafio de fato tenha sido responder às expectativas socioeducacionais, locais e regionais, em relação à escola. Este resgate da memória constituiu-se em oportunidade de expressar algumas reflexões acerca do contexto da ETE Diamantino.

Embora não possua dados quantitativos referentes ao número de cursos (Técnicos e de Formação Inicial), matrículas, certificações, etc., ao longo desses anos iniciais avalio que a ETE teve um ótimo desempenho na efetivação da qualificação profissional em Diamantino e região.

Para tanto foram fundamentais o comprometimento e a competência na atuação da equipe de coordenadores, técnicos educacionais e de apoio e equipe de professores.

Sempre houve muita expectativa e cobrança da sociedade acerca do desempenho da ETE em Diamantino. Ciente disto, buscamos a todo momento superar dificuldades com muito trabalho e diálogo com a comunidade, especialmente nos momentos de divulgação do lançamento dos cursos, na abertura de inscrições, na divulgação dos processos seletivos e para o início das aulas.

Nestas ações houve ampla utilização dos meios de comunicação locais além da colocação de cartazes espalhados por toda a cidade e visitas às cidades da região.

Algumas dificuldades extrapolavam os limites da atuação da escola demandando empenho da gestão. Por impactarem na frequência e na

permanência dos alunos nos cursos, a questão do deslocamento até a escola (transporte coletivo e escolar), tanto em Diamantino como dos municípios do entorno foram muitas vezes cobradas da gestão até que se estabilizassem.

Obviamente que a expectativa social mais relevante diz respeito à própria qualificação profissional, tendo em vista a conquista do emprego e a geração de trabalho e renda com a aquisição de habilidades e competências em alguma atividade laboral. Das 06 (seis) unidades de ensino à época, Diamantino era a cidade/região que apresentava os menores índices de desenvolvimento humano (IDH), com uma economia que revelava o paradoxo do Agronegócio local, ou seja, alta produção agrícola mecanizada (soja, algodão, milho) com renda expressiva concentrada entre poucos proprietários de terra e uma população carente de oportunidades de trabalho e renda, e em sua maioria formada por assalariados do comércio e do serviço público.

O contexto regional revela as características socioeconômicas das cidades (Diamantino, Alto Paraguai, Nortelândia, Arenópolis, Santo Afonso e Nova Marilândia) originárias do extrativismo mineral (garimpo) cuja supressão levou ao empobrecimento e estagnação do crescimento e do desenvolvimento. Havia, portanto, uma dívida social importante a ser quitada com a região e a chegada do “Ceprotec”, em certa medida, representou uma ação concreta de mitigação de um processo que se manifestava inclusive com a perda populacional de alguns daqueles municípios.

Penso que a certificação das primeiras turmas dos cursos técnicos e de cursos de formação inicial impactou positivamente nessa realidade. A dinâmica dos egressos desse período merece um estudo mais detalhado e qualificado.

Em que pese o que considero bons resultados da ETE Diamantino em face de realidade socioeconômica regional que descrevi, havia uma comparação (equivocada no meu entendimento e manifestada reiteradas vezes em reuniões de trabalho) do custo da Unidade em relação aos seus números de oferta e formação final.

Perante a Seciteci a Unidade de Diamantino era comparada em números absolutos com Unidades cuja população da sede urbana (por exemplo, Barra do Garças, Sinop, Rondonópolis, Tangará da Serra) correspondia à quase totalidade regional de Diamantino. Comparação desproporcional não apenas em termos populacionais como em renda e oportunidades de emprego. Penso ser este outro bom estudo a ser realizado, já que as conclusões que faço aqui são primárias e de caráter empírico, dada a vivência naquele momento.

Por fim, trago comigo as melhores lembranças desse período riquíssimo, pessoal e profissionalmente falando. Foram muitos conhecimentos adquiridos e um sentimento de ter dado o meu melhor em uma contribuição importante para a sociedade enquanto agente público. (Marcus Galérius Aquino, Cuiabá - MT, 22 de julho de 2022).

Considerações Finais

Em momentos de crise econômica e desemprego, como a que o Brasil está enfrentando, os cursos técnicos ou profissionalizantes se mostram como uma das oportunidades que os profissionais têm para assumirem novos conhecimentos e para encararem a concorrência do mercado, além de serem uma excelente oportunidade de aprendizado. Como já enfatizado, esses cursos, além de serem mais rápidos que os cursos superiores, têm foco prático, específico para determinada área. Com alta empregabilidade e custos viáveis, os cursos profissionalizantes têm crescido e se propagado rapidamente.

Uma pesquisa do site Guia da Carreira mostra que, em 2020, áreas como Finanças, Administração, Vendas, Seguros, Tecnologia, Logística e Saúde retomaram o crescimento, rendendo bons salários. Recentemente, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina, divulgou a abertura de 55 mil vagas de cursos profissionalizantes em todo o Brasil.

É importante salientar que uma formação técnica aumenta em 50% as chances de entrar no mercado de trabalho, e o salário de um profissional técnico pode ser até 30% maior. Além disso, existem outras vantagens de se tornar técnico. Sobretudo, essa metodologia de educação oferece aulas mais dinâmicas e interativas para ensinar o aluno, facilitando o aprendizado. Inclusive, muitas vezes, são utilizados recursos tecnológicos para aumentar o interesse do estudante e favorecer a retenção do conteúdo, visto que ele se utiliza de meios que já conhece para estudar.

Ademais, há maior flexibilidade no horário das aulas, permitindo a conciliação com as demais tarefas do dia a dia. Dessa forma, não há barreiras para que o estudante se dedique à sua formação profissional, contribuindo para o seu engajamento em relação aos conteúdos. Diante desses aspectos, pode-se constatar que o ensino profissionalizante é de extrema importância para o país, visto que muitos jovens não têm condições financeiras ou tempo para investir em uma graduação na universidade.

Referências

BARBOSA, Leila Cristina Aoyama. **A Trajetória do CEPROTEC/MT - Unidade Rondonópolis**: análise das Políticas Públicas para Educação Profissional em Mato Grosso. In: Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia, 3., 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/10671717/A_TRAJET%C3%93RIA_DO_CEPROTEC_MT_UNIDADE_RONDON%C3%93POLIS_AN%C3%81LISE_DAS_POL%C3%8DTICAS_P%C3%9ABLICAS_PARA_EDUCA%C3%87%C3%83O_PROFISSIONAL_EM_MATO_GROSSO. Acesso em: 14 jul. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 14 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 26 set. 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 14 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 18 abr. 1931. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 14 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 dez. 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 nov. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 ago. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 out. 1982. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7044impresao.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 maio 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria nº 1.005, de 10 de setembro de 1997, institui no âmbito da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC o Programa de Reforma da Educação Profissional - PROEP. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, 1997b.

BRASIL. Ministério da Educação. Políticas e resultados 1995-2002: a reforma da educação profissional. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: <http://www.dominio-publico.gov.br/download/texto/me001714.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 5 de outubro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 nov. 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 480/2005. Plenário. Relator: Ministro Benjamin Zymler. Sessão de 27/04/2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 abr. 2005b.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **Entenda o que é Educação profissional e qual a sua importância.** Portal da Indústria. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/educacao-profissional/#:~:text=Na%20pesquisa%20realizada%20pela%20Pontif%C3%ADcia,apenas%20o%20ensino%20m%C3%A9dio>. Acesso em: 14 jul. 2022.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. **Mercado de trabalho para o técnico em enfermagem amplia áreas de atuação.** São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

CORDÃO, Francisco Aparecido. **A Educação Tecnológica na Legislação Atual.** Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 14 jul. 2022.

CORDÃO, Francisco Aparecido. **As novas diretrizes curriculares nacionais para a educação básica e suas implicações na educação profissional técnica de nível médio.** Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/184>. Acesso em: 15 jul. 2022.

CUNHA, L.A. **Política educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio.** 2. ed. Rio de Janeiro: Coleção Meta, 1977.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PIB brasileiro em 2018.** Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 15 jul. 2022.

KUENZER, Cácia (org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do Trabalho.** São Paulo: Cortez, 2000.

MATO GROSSO. **Decreto n.º 2.666, de 05 de julho de 2010.** Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia/SECITEC. Cuiabá, 2010.

MATO GROSSO. **Lei complementar n.º 153, de 09 de janeiro de 2004.** Cria o Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica de Mato Grosso - CE-PROTEC/MT e dá outras providências. Cuiabá, 2004.

MATO GROSSO. **Lei complementar n.º 300, de 10 janeiro de 2008.** Extingue a autarquia Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica de Mato Grosso - CEPROTEC, e transfere a gestão e suas unidades descentralizadas de educação profissional e tecnológica para a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECITEC, e dá outras providências. Cuiabá, 2008.

VALENTE, Solan. **O papel do Ensino Técnico no desenvolvimento do País.** Cursos Técnicos do TECPUC, 2020. Disponível em: <https://matriculas.tecpuc.com.br/tecblog/o-papel-do-ensino-tecnico-no-desenvolvimento-do-pais-2/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

VIEIRA, L. O. C. **Políticas públicas para a educação profissional técnica de nível médio (1996 a 2011).** 2014. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) - Unisinos, São Leopoldo, 2014.